

Jornal da



APESP 75
anos

ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | N. 113 | JANEIRO – MARÇO 2025



Campanha inédita da APESP
divulga importância da PGE-SP
por ocasião da comemoração ao

DIA DO PROCURADOR

Março, o mês da Advocacia Pública. Viva os Procuradores do Estado de São Paulo!

Em 7 de março, comemoramos o Dia Nacional da Advocacia Pública e o Dia Estadual do Procurador. Para marcar essa data duplamente especial, a atuação e a importância da PGE-SP, a APESP fez um inédito trabalho de comunicação para publicar artigos com essa temática nos principais jornais e sites do interior, litoral, capital e Brasília.

Os excertos desses relevantes textos podem ser verificados nessa edição, bem como os caminhos para acesso de suas íntegras. A coletânea abordou temas variados, como a defesa do patrimônio público, a viabilização de políticas públicas, a atuação estratégica na recuperação de recursos para o Estado e o compromisso com a segurança jurídica, sob uma ótica pessoal e baseada na experiência profissional de cada autor. Vale a pena conferir!

Quero agradecer carinhosamente à Procuradora do Estado Aposentada, Mestre, Doutora, Livre-docente e Professora Titular pela Faculdade de Direito da USP e Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Maria Sylvia Zanella Di Pietro, que nos agraciou com o artigo “Importância da Advocacia Pública no Estado de Direito Democrático”. Sem dúvida, uma honra expressiva para toda a carreira.

Devemos celebrar sempre e nos reconhecer como carreira essencial à Justiça, indispensável ao funcionamento do Estado e protagonista para a realização das políticas públicas eleitas democraticamente pela população paulista.

A APESP tem, e sempre terá, a preocupação de que a importância da PGE-SP seja sempre reconhecida pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como por Instituições representativas das carreiras típicas de Estado e da sociedade civil.

O Jornal da APESP traz também as homenagens feitas a personalidades ilustres da Advocacia Pública paulista e nacional, entre os quais os associados Michel Temer (ex-Presidente da República); Paulo de Tarso Mendonça (ex-presidente da APESP), Sarah Esther Tomchinsky – a nossa querida “Sarita” (que 100 anos de vida) e Waldir Honorato (recém aposentado).

Para finalizar, quero registrar que o “Movimento Fortalece PGE – em defesa de quem defende São Paulo”, que apresentou medidas para melhorias estruturais da Procuradoria e valorização dos Procuradores e Procuradoras do Estado de São Paulo, acabou de completar um ano de lançamento. O Movimento obteve no último ano, pleitos completamente efetivados e alguns outros que obtiveram sinalizações alvissareiras do comando da Instituição. De fato, uma vitória!

José Luiz Souza de Moraes

PRESIDENTE DA APESP



ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES
DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA GESTÃO 2024 | 2025

PRESIDENTE

José Luiz Souza de Moraes

VICE-PRESIDENTE

Vera Wolff Bava

SECRETÁRIA GERAL

Isabelle Maria Verza

DIRETOR FINANCEIRO

Fabrizio de Lima Pieroni

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Tatiana Gaiotto Madureira

DIRETOR DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIO

Julio Rogerio Almeida de Souza

DIRETORA DE ESPORTES E PATRIMÔNIO

Ana Paula Ferreira dos Santos

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

Ilanna Sofia Santos Soeiro Silva

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS
E INSTITUCIONAIS

Alexandre Ferrari Vidotti

DIRETOR DO INTERIOR E DEMAIS
UNIDADES FORA DA CAPITAL

Carlos Roberto Marques Junior

DIRETOR DE PRERROGATIVAS

Conrado Luiz Ribeiro Silva Barros

CONSELHO ASSESSOR

Amilcar Aquino Navarro

Carlos José Teixeira de Toledo

Cintia Oréfice

Evelyn Moraes de Oliveira

Francisco Carlos Moreira dos Santos

Yara de Campos Escudero Paiva

CONSELHO FISCAL

Paulo David Cordioli

Rafael de Oliveira Rodrigues

Vanderlei Ferreira de Lima

PRODUÇÃO

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ilanna Sofia Santos Soeiro Silva

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis

(jornalista responsável – MTB 30.748)

C Tsonis Produção Editorial

FOTOS

Ricardo Lucas,

Acervos APESP e ANAPE

Assessoria de Comunicação TJ-SP

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. ACESSO A VERSÃO ONLINE
DO JORNAL DA APESP NO SITE WWW.APESP.ORG.BR

FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO EM 3/04/2025

APESP reúne 100 colegas para tratar de medidas para valorização dos associados aposentados

A APESP realizou, em 14 de março, uma reunião aberta com a participação de cerca de 100 associados aposentados (presencial e online) para tratar de importantes temas, tais como a criação da Diretoria dos Aposentados, paridade remuneratória na carreira, Fundo da Verba Honorária, majoração do auxílio-saúde, entre outros.

Foi o primeiro encontro com a participação da Procuradora Sandra Artioli, que foi escolhida por seus pares para exercer função de representante dos associados aposentados da entidade.

“Estou muito feliz com a escolha da colega Sandra, que terá total autonomia em sua atuação. Temos uma coincidência de desejos: uma carreira cada vez melhor e plena em direitos, vantagens e prerrogativas”, destacou o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes.

“Gostaria de agradecer a confiança dos colegas na minha indicação. Sempre fui dedicada à causa da Procuradoria, uma carreira que entrei por amor e onde construí uma segunda família”, afirmou Sandra Artioli.

Moraes destacou que Artioli será também a representante da APESP no Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (MOSAP) e integrará a comitiva da Associação no Movimento pela Valorização da Advocacia Pública, em 7 maio, no Congresso Nacional.

Ademais, comprometeu-se a agendar uma reunião com a Procuradora Geral, Inês Coimbra, para que a nova representante dos aposentados leve os pleitos dos colegas diretamente ao GPGE.

Após as manifestações iniciais, os colegas presentes puderam fazer suas sugestões e questionamentos.



Reunião aberta reunião 100 colegas aposentados.

Os participantes solicitaram o adiamento da Assembleia Geral Extraordinária para o dia 5 de maio (segunda-feira), possibilitando assim a análise das alterações que serão encaminhadas a todos os associados.

A pauta da AGE será: *i*) criação da Diretoria dos Aposentados e *ii*) realização de eleições e assembleias (gerais e extraordinárias) por meio eletrônico ou híbrido.

Além disso, ficou acertada a criação de um Grupo de Estudos para propostas de benefícios aos aposentados, que será formada, inicialmente, pelos colegas Márcia Machado e Dirceu Chrysostomo.

Além de Moraes, representaram a APESP na reunião a Vice-Presidente, Vera Wolff Bava; a Secretária-Geral, Isabelle Maria Verza; o Diretor Financeiro, Fabrizio de Lima Pieroni; e os Conselheiros Assessores Francisco Carlos Moreira dos Santos e Yara de Campos Escudero Paiva.

APESP integra o MOSAP na qualidade de entidade mantenedora

A APESP passou a integrar o Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas na qualidade de entidade mantenedora. Anteriormente, a atuação da Associação ocorria por meio da representação da ANAPE.

O MOSAP foi criado em 21 de março de 1992, para ser o “legítimo defensor dos servidores aposentados e pensionistas”, conforme previsto no preâmbulo do seu estatuto. Acesse a íntegra do documento em <https://bit.ly/4hYsKos>.

“Essa representação da Associação no MOSAP é muito importante. Esse Instituto encampa pautas essenciais para os servidores aposentados”, destaca o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes. Como exemplo, pode-se mencionar a apresentação pelo Deputado Cleber Verde da PEC 6/2024, que altera diversos dispositivos constitucionais que tratam da previdência dos servidores públicos.

A denominada “PEC Social”, cujo teor foi discutido durante o 17º Encontro do MOSAP, propõe, entre outros dispositivos, uma redução de 10% ao ano da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas a partir da idade de 66 anos para homens e 63 anos para mulheres – até a sua completa extinção aos 75 anos de vida.

A associada Sandra Artioli participou da reunião na qualidade de representante dos aposentados.



EFEMÉRIDES

Campanha inédita da APESP divulga importância da PGE-SP por ocasião da comemoração ao Dia do Procurador

Por ocasião do Dia Nacional da Advocacia Pública e do Dia Estadual do Procurador, comemorados em 7 de março, a APESP realizou uma ação inédita de comunicação para ampliar o reconhecimento da importância da Advocacia Pública no Estado de São Paulo.

Por meio de uma estratégia coordenada pela Diretoria, 15 Procuradores do Estado, representantes das 11 Regionais do interior, litoral e da Unidade de Brasília, publicaram (e ainda publicarão) artigos nos principais jornais de suas regiões, destacando o papel essencial desempenhado pelos Procuradores na defesa dos interesses do Estado e da sociedade paulista.

A iniciativa permitiu que a população tivesse contato direto com a atuação da Procuradoria Geral do Estado (PGE-SP), sob uma ótica pessoal e baseada na experiência profissional de cada autor.

Os artigos abordaram temas variados, como a defesa do patrimônio público, a viabilização de políticas públicas, a atuação estratégica na recuperação de recursos para o Estado e o compromisso com a segurança jurídica.

A esses textos, foi somado um outro, muito especial, elaborado pela Procuradora do Estado aposentada e nossa Professora, Maria Sylvania Zanella Di Pietro, em homenagem a importância da nossa carreira (leia trechos na página 11).

A ação foi coroada com a publicação de um artigo na Folha de S. Paulo, assinado pelo presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes, e pelo ex-presidente Fabrizio Pieroni, consolidando a mensagem da valorização da carreira e do impacto da Advocacia Pública na gestão pública eficiente e transparente.

Essa ampla divulgação reforça a importância dos Procuradores do Estado de São Paulo e evidencia o compromisso da APESP em aproximar a carreira da sociedade, mostrando que a Advocacia Pública é um pilar fundamental para a justiça, o desenvolvimento e o interesse público.

Viva os Procuradores do Estado de São Paulo!

Confira a seguir a íntegra do artigo publicado na seção "Tendências e Debates", do jornal Folha de S. Paulo, e excertos dos artigos publicados até o momento. Para acessar a íntegra, acesse o link <https://bit.ly/43qgkBo> ou aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado:



“O impacto da Advocacia Pública na sociedade paulista”, de autoria do Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes, e do ex-Presidente, Fabrizio Pieroni – publicado na Folha de S. Paulo.

“A atuação dos procuradores do estado de São Paulo tem um papel essencial na sociedade, embora ainda seja pouco compreendida e frequentemente confundida com a do Ministério Público. Ambos são chamados de “procuradores”, mas suas funções são distintas. O Ministério Público defende interesses sociais e individuais indisponíveis e promove ações penais, enquanto os procuradores do estado representam juridicamente o poder público estadual, garantindo a legalidade dos atos da administração, protegendo o erário e viabilizando políticas públicas. Seu trabalho assegura que as decisões do estado respeitem a Constituição e as leis, prevenindo irregularidades e permitindo a execução de projetos fundamentais.

São Paulo teve um crescimento recorde da arrecadação impulsionado pelo Acordo Paulista, programa da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo (PGE-SP) que facilita a regularização de débitos de ICMS e IPVA. Essa iniciativa resultou na recuperação de mais de R\$ 47 bilhões, em sua maioria provenientes de grandes sonegadores, demonstrando a importância da advocacia pública na obtenção de recursos essenciais. Além disso, a PGE-SP acelerou o pagamento de precatórios, garantindo que milhares de credores recebessem valores devidos com mais rapidez, reduzindo a histórica inadimplência do estado.

A Procuradoria teve papel central na defesa de políticas públicas, evitando entraves que poderiam comprometer a manutenção das escolas cívico-militares, o uso de câmeras corporais na Polícia Militar e a continuidade das obras do Metrô e do Rodoanel. Ainda no setor de infraestrutura, a PGE-SP viabilizou a privatização da Sabesp, modelando juridicamente o contrato e defendendo sua legalidade, garantindo um processo transparente e dentro dos marcos legais.

A atuação da Procuradoria também foi essencial na ação contra a Enel devido à crise no fornecimento de energia elétrica na capital paulista, de modo a proteger os direitos da população diante da precariedade



do serviço. Esse é mais um exemplo de como a advocacia pública atua na defesa dos interesses coletivos, prevenindo abusos e garantindo serviços essenciais com qualidade.

A PGE-SP hoje é uma instituição que se abre ao diálogo com o cidadão, como no mutirão do Acordo Paulista na praça da Sé, onde procuradores auxiliaram contribuintes na regularização de débitos, promovendo eficiência e proximidade com a população.

Apesar de sua atuação essencial, a PGE-SP enfrenta desafios. A alta litigiosidade impõe uma sobrecarga de processos, exigindo estratégias inovadoras para melhor defesa do interesse público. A tecnologia traz oportunidades para modernizar a gestão de processos e agilizar o atendimento das demandas, mas ainda há um longo caminho para a automação das rotinas. Além disso, a falta de estrutura de pessoal adequada compromete a celeridade dos trabalhos, dificultando a realização plena de suas funções.

Os procuradores do estado são guardiões da legalidade, defensores das políticas públicas e do interesse coletivo, sendo indispensáveis ao desenvolvimento de São Paulo. Reconhecer e valorizar aqueles que dedicam suas carreiras à defesa de São Paulo e da sociedade paulista é garantir que essa função essencial continue a contribuir para um estado mais justo e eficiente”.

São Carlos



“A Procuradoria Geral do Estado e o protagonismo feminino na história de São Paulo”, de autoria da Procuradora Raquel Cristina Marques Tobias, classificada na Regional de São Carlos – publicado no Portal São Carlos em Rede.

“Não há como esquecer que o artigo 133 da CF dispõe ser a Advocacia Pública função essencial à justiça. É um locus importantíssimo que ocupamos e, ao mesmo tempo, uma missão. Talvez o nosso maior desafio. Isto dito e, sem nenhum demérito aos maravilhosos homens que integram a PGE, ousou dizer que o reconhecimento da importância da força feminina é uma das grandes conquistas da nossa instituição. Sem dúvida fez, e fará, diferença na consecução do mister constitucional que nos foi dado. Afinal, não é a Justiça uma Mulher?”.

Marília

“O papel do Procurador de Estado e as perspectivas para a região de Marília”, de autoria do Procurador Chefe da Regional de Marília, Ricardo Pinha Alonso – publicado no site D'Marília.

“Nessa oportunidade, próximos que estamos do dia 07 de março, dia em que comemoramos em São Paulo o “Dia do Procurador”, nos termos estabelecidos pela Lei 18.0708/2024, aproveito para cumprimentar a todos os meus colegas Procuradores do Estado de São Paulo e, em especial, meus colegas da Procuradoria Regional de Marília que, independentemente da área de atuação, dedicam-se à causa pública, à de-



fesa do Estado de Direito, das suas Instituições e da Sociedade. Tenho a convicção de que integramos uma Instituição forte, digna, que ampara sua atuação nos Princípios constitucionais da legalidade, moralidade, transparência, eficiência e finalidade pública, verdadeiro exemplo de entidade comprometida com ideais democráticos e efetivamente republicanos. Que possamos contar com a PGE paulista e seus Procuradores, hoje e sempre. Vida longa à PGE-SP.”

Araçatuba



“Muito além dos Tribunais: o impacto da PGE-SP na sociedade”, de autoria do Procurador Flávio Marcelo Gomes, classificada na Regional de Araçatuba – publicado no site Araçatuba Facts.

“No dia 7 de março, celebra-se o Dia do Procurador do Estado. Uma profissão que exige técnica, resiliência e, não raro, nervos de aço. Afinal, defender o interesse público muitas vezes significa enfrentar pressões políticas e a indevida intervenção nas políticas públicas. Acima de tudo, manter a espinha ereta diante de desafios que parecem intransponíveis. São os guardiões da legalidade, os fiéis escudeiros da Constituição.”



Santos



"A Importância da Advocacia Pública", de autoria da Procuradora Chefe da Regional de Santos, Adriana Brience da Silva Corrêa – publicado no jornal A Tribuna.

"Neste 7 de março, comemoramos o Dia do Procurador em São Paulo, alinhado ao Dia Nacional da Advocacia Pública. Essa data remete a um marco histórico: em 1609, foram criados os primeiros cargos de procurador dos Feitos da Coroa, da Fazenda e do Fisco, que são os embriões da advocacia pública atual. Essa celebração é uma oportunidade para reconhecer a atuação dos Procuradores do Estado, que desempenham um papel fundamental na defesa do interesse público, apoiando a concretização de políticas públicas com segurança jurídica e assegurando que os interesses da sociedade sejam preservados com eficiência e transparência."

Ribeirão Preto



"O papel da advocacia pública para a sociedade e região de Ribeirão Preto", de autoria do ex-Procurador Geral do Estado, Dirceu Chrysostomo, Procurador aposentado que foi classificado na Regional de Ribeirão Preto – publicado na Tribuna de Ribeirão.

"A Constituição do Estado de São Paulo institucionalizou a Procuradoria Geral do Estado, como órgão permanente da estrutura orgânica estatal, essencial à administração da justiça e à Administração Pública, sendo orientada pelos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público. Ganham as pessoas físicas e jurídicas porque o Estado deve fazer somente o que a lei permite, o que resulta na garantia dos direitos dos indivíduos e implica na segurança das relações jurídicas sociais, impondo que a Procuradoria do Estado de São Paulo seja guardiã do interesse do povo paulista, resguardando o interesse perene do Estado e não do governante."

Presidente Prudente



"Atuação da PGE e o cumprimento da garantia Constitucional de acesso à terra em Presidente Prudente", de autoria do Procurador Chefe da Regional de Presidente Prudente, José Maria Zanuto – publicado no jornal O Imparcial.

"Não é demais dizer que a história da PGE se confunde com a história da ocupação e da formação da propriedade nesta região do Estado. Ao longo de décadas, a PGE/SP adotou inúmeras medidas para fazer cumprir normas legais editadas pelo Estado que buscavam solucionar o grave conflito agrário que tanto marcou a região, garantindo, de um lado, segurança jurídica e condições legais para a exploração econômica dos imóveis e, de outro lado, o acesso à terra para milhares de famílias assentadas. Além da discriminação de terras devolutas, a PGE promoveu dezenas de Processos de Legitimação de Posses, entregando Títulos de Domínio a centenas de ocupantes de terras na região."

São José do Rio Preto



"A Importância da Advocacia Pública para São José do Rio Preto", de autoria do Procurador Fernando Henrique Médici, classificado na Regional de São José do Rio Preto – publicado no jornal Diário da Região.

“Durante longos anos, os Procuradores do Estado aqui lotados laboraram exitosamente na cobrança da dívida ativa do Estado; na viabilização de obras públicas essenciais, como a duplicação da Rodovia Euclides da Cunha e Assis Chateaubriand; na concretização das políticas de racionalização da máquina administrativa estadual; na preservação do meio ambiente; na assistência aos necessitados, antes da criação da Defensoria Pública; bem como em tantos outros processos. Na área administrativa, a PGE-SP ainda age como órgão de consultoria da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, instituição de ensino de excelência, e é responsável pela intermediação jurídica de diversos atos estatais junto aos municípios, como doações e permissões de uso de imóveis estaduais para o funcionamento de unidades de saúde e escolas.”

Campinas



"O protagonismo da Advocacia Pública", de autoria da Procuradora Cíntia Cristina Silvério dos Santos e do Procurador Guilherme Malaguti Spina, classificados na Regional de Campinas – publicado no Jornal Hora, de Campinas.

“Os órgãos de Advocacia Pública são compostos de servidores públicos (denominados Procuradores ou Advogados Públicos) cuja função (ao lado de tantas outras) é proteger o sistema tributário, garantindo a aplicação da lei aos resilientes e levando ao Poder Judiciário a melhor interpretação das leis instituídas dos impostos. Um exemplo poderá aclarar o argumento. A Procuradoria Geral do Estado, órgão da Advocacia Pública do Estado de São Paulo, participou da operação ‘Borra 500’ em 2018. Nela, um grupo de agentes fiscais de ICMS da região de Campinas identificou um volume de emissão incomum de notas fiscais por estabelecimentos cadastrados como postos de combustíveis.”

São José do Rio Preto



"A importância da Advocacia Pública", de autoria do Procurador André Gardesani, classificado na Regional de São José do Rio Preto – publicado no Jornal Corpus.

“Apesar de atuar de forma desterritorializada na defesa judicial de ações, graças à criação de núcleos estaduais de processos eletrônicos, as unidades regionais, estrategicamente distribuídas, irradiam a relevante missão institucional por todo território paulista. (...) Como um oásis que se renova, a Regional se revigora com a implementação de tecnologias arrojadas que proporcionam a redução do arquivo físico e a digitalização de um número significativo de processos judiciais, otimizando e tornando o serviço ainda mais eficiente. O aprimoramento contínuo de seu quadro de profissionais completa este cenário de excelência. Com suas conquistas e desafios, a PGE-SP consolida sua relevância social, atuando com protagonismo na construção de um futuro mais justo e igualitário para a população do Estado de São Paulo.”



Artigos que poderão ser publicados nos próximos dias

"A relevância e o papel da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo", de autoria da Procuradora Patricia Ferro, classificada na Regional de Bauru.

"Dentro da estrutura da Procuradoria Geral do Estado, contamos com as Procuradorias Regionais do Estado, localizadas, em sua maioria, no interior de São Paulo. Estas têm extrema relevância na proteção do interesse público e na visibilidade da carreira. Devido à sua localização estratégica, as Procuradorias Regionais são frequentemente procuradas pela população para esclarecer dúvidas jurídicas, efetuar o pagamento de débitos, entre outros serviços. Dessa forma, as Procuradorias Regionais funcionam também como um ponto de contato presencial entre a população e os procuradores do Estado, assegurando a continuidade do atendimento pessoal e trazendo visibilidade à sociedade sobre a importância e a eficiência das funções desempenhadas pelos procuradores estaduais."

Brasília



"A Advocacia Pública e o papel dos procuradores de estado na Capital Federal", de autoria do Procurador Paulo Henrique Procopio Florencio, classificado na PGE-SP em Brasília – publicado no Guia da Justiça.

"As diversas funções acumuladas pelos procuradores do estado, contudo, não se limitam às fronteiras do respectivo território estadual. A grande complexidade e diversidade de teses jurídicas debatidas cotidianamente pelos advogados públicos de todo país exige um trabalho cada vez mais integrado, preventivo e estratégico, apto a fortalecer a defesa dos interesses dos Estados, gerando economia de despesas e melhor alocação dos recursos públicos. Nos Tribunais Superiores, palco dos grandes julgamentos, onde são decididas, de maneira concentrada e definitiva, as teses nacionalmente relevantes para os Estados, os procuradores possuem uma função de grande responsabilidade. Essa é a missão dos procuradores de estado lotados em Brasília, unidade especializada em processos de acompanhamento especial, com atuação direta perante o TST, STJ e o STF."

"A importância da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo no contexto das novas tecnologias", de autoria do Procurador Thiago Camargo Garcia, classificado na Regional de Sorocaba.

"A PGE paga seus próprios salários e nós, Procuradores, estamos a seu serviço cidadão paulista e brasileiro para fazer o melhor para o interesse público e não o mais fácil, valendo-se das novas tecnologias para tornar a sua vida melhor e mais feliz. Que todo cidadão do Estado de São Paulo e, principalmente, da região de Sorocaba possa – mais uma vez, com a licença poética devida – procurar e confiar na PGE, que regionalmente, teve grande atuação na área ambiental para retomada de áreas invadidas e ocupadas indevidamente do Parque Estadual do Jurupará - Ibiúna e recuperação da Mata Atlântica. Que possam sempre contar conosco!"

“A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e seu papel fundamental na economia paulista”, de autoria do Procurador João Guilherme Simões Herrera, classificado na Regional de Sorocaba.

“Na região de Sorocaba, onde está localizada uma das 12 Procuradorias Regionais, o fruto do trabalho da Procuradoria pode ser percebido através do lançamento do importante projeto de infraestrutura, conhecido como Rota Sorocabana, que abrangerá 460 quilômetros de rodovias, beneficiando 17 municípios, com a duplicação de trechos, implantação de faixas adicionais e construção de novos dispositivos e marginais, envolvendo R\$ 8,8 bilhões em investimentos ao longo de 30 anos, com a geração de mais de 10,2 mil empregos diretos e indiretos e redução média de 22% nas tarifas de pedágio. A atuação da PGE-SP é fundamental para garantir a legalidade e a eficácia desses projetos, através de sua função de assessoramento jurídico, assegurando que os interesses do Estado e da população sejam protegidos.”

“O que faz um Procurador do Estado?”, de autoria do Procurador Nuno Coelho, classificado na Regional de Taubaté.

“Procurador de Justiça, Procurador da República, Procurador do Trabalho... É tanto procurador que fica fácil mesmo confundir. Mas histórias com essa de São Sebastião ajudam a entender um pouco o que faz a advocacia pública, composta por membros da Advocacia Geral da União, Procuradores do Estado e Procuradores do Município. Esses procuradores são os advogados do interesse público. São eles que garantem que a atuação do Poder Executivo seja feita de forma correta e de acordo com a lei e que defendem essa atuação na Justiça quando isso é necessário. Também é função da advocacia pública a cobrança judicial dos tributos não pagos. Alguns podem dizer que essa é a mais impopular das nossas atividades, mas são esses recursos que pagam a saúde, a educação, a segurança pública e todas as demais atividades do Estado.”



Um presente para a carreira: Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro escreve artigo exclusivo em comemoração ao 7 de março

A Procuradora do Estado Aposentada, Mestre, Doutora, Livre-docente e Professora Titular pela Faculdade de Direito da USP e Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Maria Sylvia Zanella Di Pietro, presenteou a carreira com o artigo **“Importância da Advocacia Pública no Estado de Direito Democrático”**. Desfrute de alguns excertos:

“No dia 7 de março comemora-se o Dia Nacional da Advocacia Pública e, em São Paulo, o Dia do Procurador do Estado. Em razão disso, vários textos foram escritos por membros da carreira sobre a importância da advocacia pública paulista. Eu não poderia deixar de me manifestar também, embora esteja aposentada desde longa data. Fui Procuradora do Estado de São Paulo no período compreendido entre 1970 e 1994. Falar dessa experiência desperta doces memórias da minha vida profissional. É como se fotos estivessem sendo reproduzidas para ativar as minhas lembranças, que deixam aquela saudade definida pelo poeta Rubem Alves como ‘a nossa alma dizendo para onde ela gostaria de voltar’” .

(...)

*“Eu posso reafirmar hoje o que tenho dito em outras oportunidades. Sinto imenso orgulho de ter atuado na advocacia pública, por ser ela relevante na defesa da democracia. Diria mais: é relevante na defesa do **Estado de Direito Democrático**, tal como adotado pela Constituição de 1988. E já foi relevante em épocas passadas, mesmo quando outros eram os modelos de Estado. Talvez se possa dizer que, onde existe Estado e onde existem governantes, torna-se necessária a atuação da advocacia pública, ainda que assim não chamada em épocas pretéritas”.*

(...)

“Em resumo, o advogado público, nas funções de consultoria e assessoramento, é o grande defensor da legalidade na atuação da Administração Pública; é ele que orienta, que fundamenta, que redige atos



Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro com o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes.

administrativos em nome da autoridade junto à qual exerce suas atribuições. Na função postulatória, ele é o grande defensor do patrimônio público e social; é o grande responsável pela execução da dívida ativa do Estado, contribuindo para o aumento da receita pública; é o grande defensor do erário e do interesse público cuja tutela incumbe à pessoa jurídica que representa judicial e extrajudicialmente; é aquele que fala perante os juízes e tribunais, até a última instância, na defesa dos atos praticados pelo poder público e na defesa da legalidade, entendida em seu sentido mais amplo, para abranger os atos legislativos, os atos normativos do Poder Executivo, bem como os princípios, valores e fins sociais previstos de forma expressa ou implícita na Constituição. É ele que, na esfera judicial e extrajudicial, atua na defesa do Estado Democrático de Direito.”

Para ler a íntegra do artigo exclusivo da Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, acesse o link <https://bit.ly/4bV2b1r> ou aponte a câmera do seu celular para o QR CODE ao lado:



Após um ano de seu lançamento, “Movimento Fortalece PGE” conquista várias vitórias para a carreira

Em 22 de março de 2024, durante sessão do Conselho, o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes, lançou o **“Movimento Fortalece PGE – em defesa de quem defende São Paulo”**, que apresentou medidas para melhorias estruturais da Procuradoria e valorização dos Procuradores e Procuradoras do Estado de São Paulo. Os pleitos inicialmente apresentados foram:

- Criação da licença compensatória e outras verbas indenizatórias (na época, a reivindicação foi pela aprovação do PLC 31/2017);
- Alteração da Resolução do auxílio-saúde;
- Transparência na gestão do fundo da Verba Honorária;
- Criação de uma carreira de apoio
- Solução para os problemas do Attus;
- Oferecimento de uma estrutura física digna aos colegas;
- Valorização do vale-refeição;
- Diminuição do prazo e aumento do valor do Pró-hardware;
- Reforma da LOPGE.

Nos últimos ano, três (3) desses pleitos foram completamente efetivados e alguns outros obtiveram sinalizações alvissareiras do comando da Instituição:

Criação da licença compensatória e outras verbas indenizatórias

A Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou o PLC 23/2024 (convertido na Lei Complementar nº 1.399, de 28/5/2024), que alterou a LOPGE para criar a possibilidade de licença compensatória em virtude do desempenho das atribuições do cargo em condições de excesso de serviço pelos Procuradores do Estado de São Paulo.

“Após anos de imensa luta, a carreira obteve uma enorme vitória para os Procuradores e Procuradoras do Estado de São Paulo. A criação dessa licença compensatória corrigiu uma histórica injustiça e nos engrandeceu como Instituição e como carreira jurídica do Estado”, comemorou à época o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes.



Reunião aberta na sede da APESP para apresentação do “Movimento Fortalece PGE – em defesa de quem defende São Paulo”.

A vitória veio no esteio do “Movimento Fortalece PGE”, que elencou com um dos pleitos com “prioridade zero” a criação da licença compensatória – à época, ainda nos termos do PLC 31/2017, que acabou não prosperando.

Alteração da Resolução do auxílio-saúde

Em setembro do ano passado, foi publicada a Resolução nº 32/2024, que trouxe melhorias no auxílio-saúde dos Procuradores do Estado. As mudanças implicaram em aumento do valor do benefício, maior cobertura (ampliando para especialidades odontológicas e psicológicas), diferenciação por faixa etária e reembolso mensal.

A reivindicação também constou da lista apresentada pelo “Movimento Fortalece PGE”, mas a luta por essa conquista havia começado em 4 de janeiro, quando o Presidente da APESP, José Luiz, juntamente com a Dra. Inês Coimbra, reuniu-se com o Secretário da Casa Civil, Arthur Lima. Na ocasião, foi pleiteado que o auxílio-saúde da PGE-SP adotasse o modelo do CNJ, privilegiando as pessoas acima dos 59 anos.

Por fim, a Resolução 32 acolheu as propostas da Associação e também estabeleceu os aprimoramentos formulados pelo GPGE.

Equiparação dos níveis

Houve também o imenso avanço da equiparação dos níveis, distribuindo igualmente cotas para todos os procuradores e aproximando a todos do teto remuneratório do STF, trazendo mais justiça a todos que desempenham os mesmos trabalhos, merecem igual remuneração.

Transparência na gestão do fundo da Verba Honorária

No ato de lançamento do Movimento, o Presidente da APESP, José Luiz, solicitou que um comitê para acompanhamento do Fundo da VH fosse criado em até 20 dias e que fosse estabelecido um cronograma de reuniões para possibilitar um amplo e periódico acompanhamento de sua execução, com a participação de representantes da Associação e do Conselho da PGE.

Em 10 de abril, Moraes despachou pessoalmente com a Procuradora Geral para reiterar a reivindicação de estabelecimento formal de um calendário com reuniões trimestrais.

Na sessão do Conselho de 12 de abril, a Procuradora Geral, Inês Coimbra, acolheu o pedido, agendou um cronograma para tal finalidade e, posteriormente, efetivou a realização das reuniões.

Criação de uma carreira de apoio

Em diversas ocasiões, a Procuradora Geral, Inês Coimbra, frisou que a prioridade máxima do GPGE é o envio do projeto de criação das carreiras de apoio da PGE-SP. No entanto, a APESP reconhece ter havido imenso avanço com a contratação de 300 residentes jurídicos que estão prestando importantíssimos serviços na PGE-SP. Assim que a decisão do Governador Tarcísio de Freitas de remeter a proposta à ALESP se concretizar a APESP atuará com afinco na seara legislativa para aprovar a proposta.

Solução para os problemas do Attus

A questão do Attus constou do manifesto do “Movimento Fortalece PGE”, mas desde então os problemas se agudizaram, gerando grandes transtornos aos colegas e colocando em risco a defesa do Estado.

Em sucessivas sessões do Conselho da PGE-SP, o Presidente da APESP tem dito reiteradamente que ações concretas e imediatas são necessárias, solicitando o GPGE cobre novamente as providências necessárias junto à PRODESP e à empresa responsável pelo sistema.

Diminuição do prazo e aumento do valor do Pró-hardware

A despeito do aumento significativo no Pró-hardware concedido nos últimos meses, a APESP entende ser possível avançar, em especial no que tange aos serviços que podemos contratar por meio do Pró-software.

Pleitos que ainda não foram contemplados

Apesar da disposição vocalizada pelo GPGE, as reivindicações pela valorização do vale-refeição e a reforma da LOPGE ainda não evoluíram significativamente.

ENTIDADE NACIONAL



JEFFERSON VIEIRA/APEB

Reunião do Conselho da ANAPE em Salvador, Bahia.

Reunião da ANAPE em Salvador traça estratégias para a 2ª edição do Movimento Nacional pela Valorização da Advocacia Pública

A Diretoria da APESP participou, em 18 de março, de uma reunião do Conselho Deliberativo da ANAPE, em Salvador (BA). Entre os itens tratados, estiveram as estratégias para a 2ª edição do Movimento Nacional pela Valorização da Advocacia Pública, que ocorrerá no próximo dia 7 de maio (quarta-feira), no Congresso Nacional (saiba mais em <https://anape.org.br/eventos/7-de-maio>).

O tema desse ano, que será abordado em um seminário e também com os parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, será “Advocacia Pública

e Constituição: um projeto inacabado”.

“É muito importante que todos possam se organizar para participar dessa importante mobilização, que, certamente, repetirá o sucesso que obteve em 2024. Vamos novamente mostrar a união da Advocacia Pública brasileira”, destaca José Luiz Souza de Moraes, Presidente da APESP.

Além deste e de outros temas da pauta, o Diretor Financeiro da APESP e Legislativo da ANAPE, Fabrizio Pironi, atualizou a tramitação e as tratativas em torno dos projetos de interesse da carreira no legislativo federal.

Grande vitória: STF declara inconstitucional descontos nos honorários dos Procuradores de SP

O Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, declarou como inconstitucionais dispositivos da Lei nº 17.843/2023 (Lei de Transação de São Paulo – “Acordo Paulista”), que concediam descontos sobre honorários advocatícios em programas estaduais de transação tributária.

A ANAPE, por sugestão da APESP, ajuizou, em 13 de dezembro de 2023, a ADI 7559, contestando esses trechos da legislação, que havia sido sancionada um mês antes pelo Governo paulista.

“Essa é a importância de estarmos sempre vigilantes e atentos a todos os detalhes que possam significar riscos aos direitos da nossa carreira”, destaca José Luiz Souza de Moraes, Presidente da APESP.

“A ANAPE, após provocação da APESP, agiu de forma célere e eficaz. Isso demonstra a importância da nossa entidade nacional, que, entre outras, tem a competência de ingressar com ações do STF”, completa Moraes.

A decisão

Em seu voto, o relator, ministro Gilmar Mendes, destacou que a concessão de descontos sobre honorários advocatícios em programas estaduais de transação tributária interfere na competência legislativa da União e contraria o CPC, que prevê regras específicas para a remuneração da advocacia pública. Assim, declarou a inconstitucionalidade de três trechos da lei:



- A expressão “os honorários e” do artigo 15, § 5º, item 1, que previa descontos nos honorários de procuradores do Estado.
- A expressão “inclusive aquele de que trata o § 3º do artigo 25 desta Lei”, do artigo 15, § 9º, que permitia a aplicação de descontos a valores devidos a título de honorários advocatícios.
- Os artigos 15, § 9º, e 43, § 1º, item 2, que regulamentavam os descontos sobre os honorários.

Associe-se à ANAPE

A PGE-SP, a maior Procuradoria Estadual do Brasil, é essencial para o fortalecimento da ANAPE. Associe-se
O custo da mensalidade é de apenas R\$ 65,00. Associe-se já no link <https://anape.org.br/associe-se>

Personalidade icônicas da Advocacia Pública paulista e brasileira foram homenageadas no mês de março

O que Sarita Sarah Tomchinsky (100 anos), Paulo de Tarso (90 anos) e Evandro Costa (100 anos) têm em comum em suas trajetórias de vida? A dedicação entusiasmada em prol da construção da Advocacia Pública e uma participação associativa muito ativa. A APESP teve a honra e a oportunidade de homenagear essas figuras icônicas para a carreira de Procurador do Estado e do DF.



Presidente da APESP com a associada Sarita.

Parabéns, Sarita, pelos 100 anos de vida

A Procuradora do Estado de São Paulo, Sarah Esther Tomchinsky – a nossa querida “Sarita” – completou em 10 de março, 100 anos de vida. Com muita honra e satisfação, a Diretoria parabenizou a colega, que é associada da APESP há 74 anos – desde 9 de novembro de 1950.

“Comemoramos hoje o aniversário da nossa Sarita, um exemplo para todas as gerações. A sua vida associativa foi sempre participativa, com muita alegria e delicadeza para com todos nós. Parabéns, Sarita”, registrou o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes.

Ex-Presidente Paulo de Tarso recebe “Comenda Jubileu de Diamante” da APESP

Em 15 de março, o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes, entregou ao ex-Presidente Paulo de Tarso Mendonça (biênio 1986/1988) a “Comenda Jubileu de Diamante” pelos 75 anos da Associação. A láurea homenageia personagens que contribuíram com a construção da APESP, da PGE-SP e da Advocacia Pública brasileira. Mendonça completou 90 anos de vida no último dia 4 de março.

“Foi uma justa homenagem a um Presidente essencial para a nossa história. O nosso querido colega Paulo de Tarso teve um papel marcante e esteve à frente da nossa Associação durante a Assembleia Nacional Constituinte, contribuindo para a luta em favor do reconhecimento constitucional da carreira”, destaca o atual Presidente José Luiz Souza de Moraes.

Graduado em Direito pela Universidade Mackenzie em 1960, ingressou na PGE-SP em 1968. Na Secretaria da Segurança

Pública, exerceu o cargo de Secretário Adjunto do então Secretário Michel Temer, entre 1992 e 1994, tendo sido designado como interino na Pasta, no período de 27 de novembro de 1992 até 5 de janeiro de 1993.

Além de Moraes, participaram da homenagem o ex-Presidente Vitorino Antunes e ex-Diretora da Associação, Sylvia Maria Monlevade.

Presidente da APESP entrega comenda ao ex-Presidente Paulo de Tarso.



APEB institui “Medalha do Mérito da Advocacia Pública, Dr. Evandro Dias Costa



Homenagem ao Dr. Evandro Costa na sede da APEB

A Diretoria da APESP participou, em 18 de março, na sede da Associação dos Procuradores do Estado da Bahia (APEB), da cerimônia que instituiu a “Medalha do Mérito da Advocacia Pública, Dr. Evandro Dias Costa”. A iniciativa visa eternizar esse grande nome da carreira de Procuradores do Estado e do DF e também criar um símbolo de celebração a todos e todas que têm contribuído para o engrandecimento da Advocacia Pública Baiana e Brasileira.

“O nosso querido Dr. Evandro é um gigante da Advocacia Pública brasileira. Com seu entusiasmo e generosidade, marcou sempre sua presença em nossos Congressos Nacionais de Procuradores desde 1969. Em 2017, a APESP teve a oportunidade e a honra de homenageá-lo durante o 43º CNPE, que foi realizado em SP”, destaca o Presidente da Associação, José Luiz Souza de Moraes. Também representou a APESP, o Diretor Financeiro, Fabrizio Pieroni, que também é Diretor Legislativo da ANAPE.

APESP prestigia eventos em comemoração ao Dia Internacional da Mulher na PGE-SP



Secretaria Geral Isabelle Verza: a nossa Procuradoria sempre foi uma Instituição diversa e com oportunidades iguais para os Procuradores e Procuradoras.

A Secretária Geral da APESP, Isabelle Maria Verza, representou, em 11 de março, a entidade no evento em “Comemoração ao Dia Internacional da Mulher” e sobre a representatividade feminina na PGE-SP, que foi organizado pelo Centro de Estudos e o Comitê de Diversidade da Procuradoria.

“A nossa Procuradoria sempre foi uma Instituição diversa e com oportunidades iguais para os Procuradores e Procuradoras que ingressaram nessa carreira essencial à Justiça”, destacou Verza.

“A Advocacia Pública tem um impacto enorme na vida das pessoas e a presença das mulheres nesse espaço é fundamental para garantir um olhar mais diverso e inclusivo na tomada de decisões”, completou.

Segundo Verza, apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito. “Algumas Procuradorias Gerais dos Estados nunca tiveram uma mulher no cargo máximo da Instituição. Isso nos mostra que ainda precisamos lutar por mais representatividade e oportunidades iguais para todas”.

Durante o evento, o Comitê de Diversidade e Ações do Subcomitê de Gênero foi apresentado pelas Coordenadoras Lenita Leite Pinho e Margarete Gonçalves Pedroso.

Celebração no Tribunal de Justiça de São Paulo

O Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes, acompanhou o evento no Centro de Estudos e também prestigiou a solenidade em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, que foi realizada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.



Na retomada do Projeto APESP na Estrada, Diretoria visita a Regional de Santos

A Associação retomou, em 18 de fevereiro, o projeto APESP na Estrada com uma profícua visita à Procuradoria Regional de Santos (PR-2) para tratar dos principais temas de interesse da carreira e colher propostas que objetivam o fortalecimento da PGE-SP. O Presidente da APESP, José Luiz de Moraes, fez uma retrospectiva das recentes conquistas da PGE-SP, tais como a criação da licença compensatória e o aumento do auxílio-saúde de forma escalonada por faixa etária, que era um pleito dos colegas aposentados. “Tivemos muitas vitórias e a atuação da APESP foi essencial para que as alcançássemos. Trabalhamos junto ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário diuturnamente para criar pontes institucionais que possibilitaram esses grandes avanços”, destaca Moraes.

O Presidente da APESP relatou também a atuação da Associação no Congresso Nacional para tratar dos projetos que envolvem a Advocacia Pública e no Supremo Tribunal Federal no que se refere a ADI da licença compensatória.

“Coloquei a APESP à disposição e salientei aos colegas da Unidade que atuaremos de forma vigilante para enfrentar os desafios que se avizinham, especialmente no Legislativo”, completa Moraes.

Logo após a reunião na sede da Regional, a APESP ofereceu um almoço de confraternização com a participação de colegas aposentados e da ativa. Além de Moraes, representaram a APESP a Secretária Geral, Isabelle Verza, o Diretor Financeiro, Fabrizio Pieroni, e a Conselheira Assessora, Cintia Oréfice.

PR de Santos

A PR de Santos abrange 24 municípios da Baixada Santista e do Vale do Ribeira e tem uma atuação relevante em demandas ambientais e patrimoniais na área da Serra do Mar. Além disso, com o advento desterritorialização, os 23 Procuradores da Unidade têm sido protagonistas ao atender demandas em núcleos especializados de medicamentos, servidores públicos, responsabilidade civil e ambiental em todo o Estado de São Paulo.



Visita da Diretoria da APESP à Regional de Santos

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2024

NOTA DO DIRETOR FINANCEIRO

A APESP encerrou o exercício de 2024 com um resultado financeiro expressivo, fruto de uma gestão pautada na responsabilidade fiscal, no planejamento estratégico e na eficiência da alocação de recursos. O superávit anual registrado foi de R\$ 446.842,75, com destaque para o crescimento das receitas e a racionalização das despesas correntes.

As receitas totais superaram as previsões iniciais e, ao mesmo tempo, houve uma contenção relevante nas despesas operacionais de caráter continuado, sem comprometer qualquer dos serviços oferecidos aos associados. Atingimos níveis saudáveis de liquidez, com mais de R\$ 3,5 milhões em disponibilidades ao final do exercício.

Importa ressaltar que este resultado foi alcançado sem qualquer prejuízo aos serviços prestados e, com a realização de importantes eventos institucionais e associativos ao longo do ano, que reforçaram o papel da APESP na defesa das prerrogativas dos Procuradores do Estado de São Paulo e no fortalecimento de sua identidade coletiva.

O equilíbrio fiscal alcançado reflete o compromisso da atual gestão com a sustentabilidade financeira da entidade e com a transparência na condução dos recursos da classe.

Fabrizio de Lima Pieroni | *Diretor Financeiro – APESP*

ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO									
CNPJ: 62654124/0001-48									
END: RUA LIBERO BADARÓ Nº377- CJ 2307/2308- CENTRO - SP									
CEP:01009-000									
BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO									
EM 31 DE DEZEMBRO 2024									
ATIVO					PASSIVO				
	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE
CIRCULANTE	3.834.658,94	3.948.308,67	3.942.728,85	4.079.288,78	CIRCULANTE	455.987,65	819.860,57	483.375,56	601.128,28
Numerários	8.021,27	2.764,46	5.601,17	442,34	Obrigações com Fornecedores	78.792,75	441.746,44	100.482,59	103.168,03
Bancos Conta Movimento	166.404,53	122.471,11	39.553,62	36.400,23	Impostos e Contribuições a Recolher	38.692,50	38.367,54	38.115,64	50.247,29
Aplicações Financeiras	3.123.727,86	3.260.966,38	3.328.427,70	3.520.679,28	Obrigações Trabalhistas	174.874,80	178.596,28	196.655,30	155.445,73
Créditos Diversos a Receber	504.065,83	523.674,44	525.431,09	519.651,42	Outras Obrigações	123.824,17	138.835,18	131.744,78	140.258,31
Adiantamentos a Empregados	16.999,75	27.989,14	38.268,69	0,00	Arrecadação de Segurados	39.803,43	22.315,13	16.377,25	152.008,92
Adiantamento a Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00					
Despesas Antecipadas	15.439,70	10.443,14	5.446,58	2.115,51					
Outros valores e Bens	0,00	0,00	0,00	0,00					
NÃO CIRCULANTE	6.373.824,34	6.359.086,79	6.337.686,02	6.316.285,33	PATRIMÔNIO SOCIAL	9.752.495,63	9.487.534,89	9.797.039,31	9.794.445,83
Imobilizado	7.574.424,79	7.581.077,79	7.581.077,79	7.581.077,79	PATRIMÔNIO SOCIAL	9.347.603,08	9.347.603,08	9.347.603,08	9.347.603,08
Bens Imóveis	6.019.262,31	6.019.262,31	6.019.262,31	6.019.262,31	Patrimônio Social	9.347.603,08	9.347.603,08	9.347.603,08	9.347.603,08
Bens Móveis	1.555.162,48	1.561.815,48	1.561.815,48	1.561.815,48					
(-) Depreciação Acumulada	(1.200.600,45)	(1.221.991,00)	(1.243.391,77)	(1.264.792,46)	Superávit/ Déficit Acumulados	404.892,55	139.931,81	449.436,23	446.842,75
Intangível					Superávit/Déficit do Exercício - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Sistemas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit/ Déficit do Exercício - Exercício em Curso (2024)	404.892,55	139.931,81	449.436,23	446.842,75
(-) Amortização	0,00	0,00	0,00	0,00					
TOTAL DO ATIVO	R\$ 10.208.483,28	R\$ 10.307.395,46	R\$ 10.280.414,87	R\$ 10.395.574,11	TOTAL DO PASSIVO	10.208.483,28	10.307.395,46	10.280.414,87	10.395.574,11
São Paulo, 31 de Dezembro de 2024.					ATIV ATIVIDADES CONTÁBEIS LTDA:09080108000106 Assinado de forma digital por ATIV ATIVIDADES CONTÁBEIS LTDA:09080108000106 Dados: 2025.01.17 15:57:14 -03'00'				
APESP – Associação dos Procuradores do Estado de SP					Ativ Atividades Contábeis Ltda.				
Fabrizio de Lima Pieroni					Marcelino Sebastião Leite da Costa				
Diretor Financeiro					CRC 2SP024704/O-4				
					Contador				

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2024

ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO
 CNPJ: 62.654.124/0001-48
 END: RUA LIBERO BADARÓ N°377- CJ 2307/2308- CENTRO - SP CEP:01009-000

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO 2024

Descrição da conta	JANEIRO/2024	FEVEREIRO/2024	MARÇO/2024	ABRIL/2024	MAIO/2024	JUNHO/2024	JULHO/2024	AGOSTO/2024	SETEMBRO/2024	OUTUBRO/2024	NOVEMBRO/2024	DEZEMBRO/2024	TOTAL/2024
Mensalidades de Associados	360.596,00	358.050,00	363.790,00	380.676,00	380.543,00	379.685,00	375.883,00	376.053,00	377.481,00	372.976,00	376.797,00	373.384,00	4.475.914,00
Contribuições da Atividade Social	154.812,17	155.107,69	276.161,50	154.216,29	336.212,73	190.986,17	231.247,99	231.673,45	220.336,71	320.294,44	183.372,23	207.264,89	2.661.686,26
Arrecadações Patrimoniais	26.520,36	66.300,36	67.860,36	18.350,36	22.610,36	17.010,36	29.712,36	23.597,36	23.597,36	48.187,42	68.197,36	44.360,36	456.304,38
Recuperação de despesas	-	-	740,10	-	-	-	-	-	3.800,00	-	-	1.577,10	6.117,20
Arrecadação Bruta do Período	541.928,53	579.458,05	708.551,96	553.242,65	739.366,09	587.681,53	636.843,35	631.323,81	625.215,07	741.457,86	628.366,59	626.586,35	7.600.021,84
(-) Despesas/Arrecadações Operacionais	(490.692,90)	(570.148,60)	(435.833,62)	(550.207,60)	(756.505,55)	(907.724,48)	(539.494,69)	(570.156,53)	(546.335,55)	(622.393,22)	(750.732,48)	(706.416,89)	(7.446.642,11)
Despesas c/ Pessoal	(98.978,15)	(118.962,76)	(128.583,10)	(148.268,83)	(136.501,79)	(130.730,09)	(114.554,49)	(128.474,13)	(126.881,99)	(141.460,50)	(138.709,45)	(126.004,96)	(1.538.110,24)
Despesas c/ Encargos Sociais	(23.815,07)	(22.933,49)	(24.293,34)	(39.754,77)	(24.650,26)	(24.758,76)	(25.323,44)	(23.836,41)	(23.350,40)	(29.389,36)	(23.431,05)	(46.783,46)	(332.319,81)
Despesas c/ Remuneração Pess s/vínculo empreg	-	(2.500,00)	(2.500,00)	(2.900,00)	-	(900,00)	(1.000,00)	-	(185,59)	(1.000,00)	-	-	(10.985,59)
Despesas c/ Encargos Sociais s/ Vínculo empreg	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas c/ Serviços de Terceiros	(65.414,82)	(68.279,96)	(69.560,09)	(84.783,73)	(82.981,35)	(158.106,89)	(72.119,29)	(73.455,28)	(69.352,23)	(74.273,49)	(67.388,48)	(91.073,67)	(976.789,28)
Despesas c/ Utilidades e Serviços	(24.109,86)	(27.055,64)	(35.932,48)	(28.781,92)	(28.730,32)	(32.515,61)	(21.198,89)	(20.299,07)	(31.021,76)	(48.721,60)	(30.530,50)	(27.766,86)	(356.664,51)
Outras Despesas Administrativas	(270.803,38)	(299.349,45)	(146.836,16)	(215.689,65)	(455.674,15)	(531.768,57)	(276.473,85)	(292.221,91)	(267.446,01)	(299.175,27)	(461.508,90)	(406.328,41)	(3.923.275,71)
Despesas com Tributos e Contribuições	(1.167,91)	(24.439,02)	(20.959,58)	(22.927,60)	(20.811,82)	(21.810,97)	(21.691,14)	(24.736,14)	(20.963,98)	(21.239,41)	(22.030,51)	(1.326,02)	(224.104,10)
Despesas Depreciação de Bens Moveis	(6.403,71)	(6.628,28)	(7.168,87)	(7.101,10)	(7.155,86)	(7.133,59)	(7.133,59)	(7.133,59)	(7.133,59)	(7.133,59)	(7.133,59)	(7.133,51)	(84.392,87)
Resultado Financeiro	25.373,18	22.144,84	24.111,11	25.360,37	20.188,58	23.637,67	28.410,03	20.089,21	23.609,72	30.089,27	21.641,78	28.807,26	293.463,02
(+) Receitas Financeiras	29.197,93	26.295,89	27.804,96	29.255,71	24.100,94	27.466,77	32.636,81	24.232,64	27.915,07	34.800,79	25.734,91	33.150,57	342.592,99
(-) Despesas Financeiras	(3.824,75)	(4.151,05)	(3.693,85)	(3.895,34)	(3.912,36)	(3.829,10)	(4.226,78)	(4.143,43)	(4.305,35)	(4.711,52)	(4.093,13)	(4.343,31)	(49.129,97)
(=) Resultado Operacional	76.608,81	31.454,29	296.829,45	28.395,42	3.049,12	(296.405,28)	125.758,69	81.256,49	102.489,24	149.153,91	(100.724,11)	(51.023,28)	446.842,75
(=) Resultado (SUPERAVIT OU DEFICIT) do Período	76.608,81	31.454,29	296.829,45	28.395,42	3.049,12	(296.405,28)	125.758,69	81.256,49	102.489,24	149.153,91	(100.724,11)	(51.023,28)	446.842,75

São Paulo, 31 de Dezembro de 2024

APESP – Associação dos Procuradores do Estado de SP
 Fabrício de Lima Pieroni
 Diretor Financeiro

Assinado de forma digital por ATIV
 ATIVIDADES CONTÁBEIS
 LTDA:09080108000106
 Dados: 2025.01.17 15:59:37-03'00"

Ativ Atividades Contábeis Ltda.
 Marcelino Sebastião Leite da Costa
 CRC 2SP024704/O-4
 Contador